

gestor contábil

Revista Bimestral
8ª Edição

GERENCIAMENTO DE RISCOS

+

CELINA COUTINHO:
A GUERREIRA

ENTREVISTA:
JOSÉ ROBERTO CUNHA

LEI ANTICORRUPÇÃO:
A ÉTICA COMPENSA



EXPEDIENTE

CRC SP
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Claudio Avelino Mac-Knight Filippi

VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS: Gildo Freire de Araújo

VICE-PRESIDENTE DE FISCALIZAÇÃO: Marcia Ruiz Alcazar

VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL: José Donizete Valentina

VICE-PRESIDENTE DE REGISTRO: Celso Carlos Fernandes

CÂMARA DE RECURSOS

COORDENADOR: Mauro Manoel Nóbrega

VICE-COORDENADOR: João Carlos Castilho Garcia

MEMBROS: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho,
José Aparecido Maion e Rita de Cássia Bolognesi

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

COORDENADOR: Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos

VICE-COORDENADOR: Paulo Roberto Martinello Júnior

MEMBRO: Bruno Roberto Kalkevicius

SUPLENTES: Oswaldo Pereira, Nelmir Pereira Rosas
e Rita de Cássia Bolognesi

I CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

COORDENADOR: Marcelo Roberto Monello

VICE-COORDENADOR: Walter Lório

MEMBROS: Flávia Augusto, Nelmir Pereira Rosas e
Adriano Gilioli

II CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

COORDENADOR: Valdimir Batista

VICE-COORDENADOR: Wanderley Antônio Laporta

MEMBROS: José Carlos Melchior Arnosti, José Carlos
Duarte Leardine e Manoel do Nascimento Veríssimo

III CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA

COORDENADOR: Umberto José Tedeschi

VICE-COORDENADOR: Manassés Efraim Afonso

MEMBROS: Carlos Roberto Matavelli e Oswaldo
Pereira.

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

COORDENADORA: Ângela Zechinelli Alonso

VICE-COORDENADORA: Ana Maria Costa

MEMBROS: Maria Thereza Pompa Antunes,
Valmir Leôncio da Silva e Inez Justina dos Santos

CÂMARA DE REGISTRO

COORDENADORA: Neusa Prone Teixeira da Silva

VICE-COORDENADORA: Cibele Pereira Costa

MEMBRO: Ari Milton Campanhã

CONSELHEIROS EFETIVOS

Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, Gildo Freire de Araújo, Marcia Ruiz Alcazar, José Donizete Valentina, Celso Carlos Fernandes, Adriano Gilioli, Ana Maria Costa, Angela Zechinelli Alonso, Ari Milton Campanhã, Bruno Roberto Kalkevicius, Carlos Roberto Matavelli, Cibele Pereira Costa, Flávia Augusto, Inez Justina dos Santos, João Carlos Castilho Garcia, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, José Aparecido Maion, José Carlos Duarte Leardine, José Carlos Melchior Arnosti, Manassés Efraim Afonso, Manoel do Nascimento Veríssimo, Marcelo Roberto Monello, Mariano Amádio, Maria Thereza Pompa Antunes, Mauro Manoel Nóbrega, Nelmir Pereira Rosas, Neusa Prone Teixeira da Silva, Oswaldo Pereira, Rita de Cássia Bolognesi, Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos, Umberto José Tedeschi, Valdimir Batista, Valmir Leôncio da Silva, Walter Lório e Wanderley Antonio Laporta.

CONSELHEIROS SUPLENTES

Ana Maria Galloro Laporta, Alexandre Ferezini, Alexandre Juniti Kita, Antonio Carlos Gonçalves, Bethel Corcorato Lombardi, Carlos Alberto Vieira, Claudio Gonçalo Longo, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, Emir Castilho, Fernando de Almeida Santos, Gilberto Freitas, Jairo Balderrama Pinto, Janaina Beatriz Pelicer Bevilacqua, Jorge Alberto da Cunha Moreira, José Augusto Picão, José Luiz Ribeiro de Carvalho,

Luis Carlos do Rego, Marcos Castilho Alexandre, Marina Marcondes da Silva Porto, Mauro Túlio Garcia, Moacir da Silva Netto, Paulo Cesar Adorno, Roberson de Medeiros, Roberto Yoshio Kuabata, Rosmary dos Santos, Sandra Regina Nogueira Pizzo Sabathé, Selma do Carmo Ribeiro, Suely Gualano Bossa Serrati, Vitória Lopes da Silva, Wanderley Aparecido Justi, Wanderley Aparecido Justi Júnior, William Peterson de Andrade, Yae Okada.

Gestor Contábil

DIRETOR: Claudio Filippi

CONSELHO EDITORIAL

Claudio Filippi
Antoninho Marmo Trevisan
Artur Carlos das Neves
Carlos Roberto Matavelli
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Fernando de Almeida Santos
João Carlos Castilho Garcia
Júlio Linuesa Perez
Luiz Fernando Nóbrega
Maria Thereza Pompa Antunes
Paulo Henrique Schoueri
Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos
Valmir Leôncio da Silva
Walter Lório

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Graça Ferrari - MTb 11347

JORNALISTAS: Michele Mamede - MTb 44087;

Thiago Benevides de Jesus Alves - MTb 68188

PROJETO GRÁFICO: agência BR2 -

www.agenciabr2.com.br

IMPRESSÃO: gráfica COAN

PERIODICIDADE: bimestral

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do
Estado de São Paulo

Rua Rosa e Silva, 60 - Higienópolis
01230-909 - São Paulo - SP

Tel.: 11 3824.5400

Fax: 11 3824.5400 (ramais 1128 e 1129)

E-mail: crccsp@crccsp.org.br

Portal: www.crccsp.org.br



LEITURA PARA AJUDAR NO DESEMPENHO

Entrou em vigor no dia 29 de janeiro de 2014 a Lei nº 12.864/2013, mais conhecida como Lei Anticorrupção. A nova norma responsabiliza e pune empresas que se envolvem em atos de corrupção contra órgãos públicos.

As empresas deverão fazer várias mudanças para se adequar à lei, pois as penalidades vão de multas de 0,1% a 20% do faturamento bruto até o fechamento da empresa. A legislação leva em conta aquelas empresas que tiverem sistemas de combate à corrupção ou que fizerem denúncias espontâneas.

Nesta edição, estamos abordando a Lei Anticorrupção e as questões que impactam no trabalho dos Profissionais da Contabilidade. É importante que o profissional se assegure que a empresa tenha um setor de *compliance*, que conte com a colaboração da Auditoria Interna, mas também da segurança corporativa e até mesmo do RH.

O ideal é que as empresas que trabalham com órgãos públicos tenham um setor de ética empresarial, com um código muito claro de conduta, para prevenção de quaisquer atos que possam vir a ser interpretados como de corrupção.

Os Profissionais da Contabilidade devem exigir que os sistemas de *compliance* estejam devidamente acionados. As informações devem passar por várias instâncias da empresa, nunca ficar a cargo apenas da área contábil.

Esperamos que a revista esteja sendo útil para melhorar o seu desempenho na carreira. Ajude-nos a melhorá-la, colaborando com suas sugestões. Nós agradecemos.



Por Claudio Filippi
Presidente da Gestão
2014-2015 do CRC SP



SUMÁRIO

A close-up photograph of a hand in a dark brown pinstriped suit sleeve tipping over a row of white dominoes. The dominoes are arranged in a line, and the hand is positioned as if about to knock the first one over. The background is a plain, light-colored surface.

3

CARTA DO EDITOR

MATÉRIA

6

LEI ANTICORRUPÇÃO:
A ÉTICA COMPENSA

ENTREVISTA

10

JOSÉ ROBERTO CUNHA

DESTAQUE

14

ESTUDO COMPILA OS
PRINCIPAIS RISCOS PARA
AS EMPRESAS ABERTAS NO
BRASIL



CASE

16 CELINA COUTINHO

AGENDA

20 ATIVIDADES DE
DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL

ESTANTE

23 LI, GOSTEI E RECOMENDO



LEI ANTICORRUPÇÃO: A ÉTICA COMPENSA

Cada vez mais em pauta nos noticiários e discussões, o combate à corrupção tornou-se uma prioridade para a sociedade, que deseja mais ética e transparência nas relações envolvendo o poder público e os negócios.

O Código Penal brasileiro estabelece a pena de dois a 12 anos de reclusão e multa para os crimes de corrupção, mas a punição pode não ser suficiente para resolver o problema. A prevenção aos casos de corrupção não é apenas necessária no mundo dos negócios, mas é também um desafio a ser enfrentado por empresários, gestores e responsáveis por todas as áreas na empresa, entre as quais a Contabilidade.

Este é o desafio que a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a chamada Lei Anticorrupção, propõe,

ao estabelecer punições civis e administrativas para as pessoas jurídicas envolvidas em atos de corrupção, independentemente do conhecimento de seus gestores ou de sua participação direta no ato ilícito.

Em vigor desde 29 de janeiro de 2014, a Lei nº 12.846/2013, estabelece que a pessoa jurídica beneficiada em um caso de corrupção está sujeita à multa, que pode ser de 0,1% até 20% do faturamento bruto da companhia no ano anterior, ou até mesmo, nos casos mais graves, à dissolução da companhia. Para a definição da pena são considerados ainda outros critérios como gravidade da infração cometida, a vantagem auferida, a situação econômica do infrator e a existência de procedimentos internos de integridade e controle das atividades da empresa.

Segundo o secretário-executivo da CGU (Controladoria-Geral da União), Carlos Higino Ribeiro de Alencar, a nova lei terá um impacto inovador nas relações entre a administração pública e o setor

empresarial. “Até então, o que ocorria é que os políticos flagrados em atos de corrupção perdiam os mandatos e os servidores públicos eram demitidos e iam para a cadeia, mas as empresas dificilmente sofriam sanções. Agora, teremos como atacar não só o corrupto, mas também o corruptor”, declarou.

Para ele, a nova lei terá um efeito educativo, pois incentiva a adoção das boas práticas corporativas, a conduta ética e o engajamento dos empresários no combate a fraudes, ao suborno e ao conluio em licitações: “é preciso deixar claro que as práticas ilícitas não compensam e que podem trazer prejuízos. A intenção do governo é punir as empresas que compactuam com a corrupção e conscientizar os empresários sobre a importância de se criar mecanismos que coíbam essa prática em todas as suas vertentes e, para isto, é necessária a cooperação de todos os lados dessa equação”.

O advogado e professor de Direito Penal na USP (Universidade de São Paulo) Pierpaolo Cruz Bottini também avalia a nova lei como positiva: “ela sai da lógica penal e torna a punição mais fácil e eficiente, pois identifica o beneficiário da corrupção e age onde mais dói: no bolso e no funcionamento da empresa. Isto irá exigir uma postura proativa das empresas para evitar seu envolvimento em casos de corrupção, oferecendo treinamentos para a equipe de trabalho e mantendo mecanismos eficientes de controle interno”.

Bottini também considera que existem pontos a serem esclarecidos na lei: “a lei anticorrupção determina que a pena será diminuída se a empresa possuir um bom programa de *compliance*, a regulamentação da lei, que será publicada em

breve, irá dar os parâmetros para definir o que é um bom programa. Outra questão diz respeito à multa, que pode variar entre 0,1% e 20% do faturamento bruto, que é uma diferença considerável. A CGU irá estabelecer os critérios de forma precisa e objetiva, para evitar excessos e arbítrios e garantir a aplicação racional da lei”.

PREVENIR É MELHOR QUE REMEDIAR

Ter uma conduta moralmente correta, não participar de esquemas ilícitos e denunciá-los caso tome conhecimento são atitudes fundamentais para todo profissional, mas para livrar o ambiente de trabalho deste mal são necessárias medidas adicionais de prevenção. A adoção dos programas de integridade nas empresas, também conhecidos como *compliance*, tem se tornado uma prática cada vez mais difundida e valorizada na cultura empresarial.

A palavra *compliance* vem do inglês e em uma tradução literal seria algo como observância. “Ela é usada para designar um conjunto de ações para assegurar o cumprimento das normas legais, dos regulamentos, das políticas e diretrizes estabelecidas para o negócio” - explica o secretário da CGU, Carlos Alencar - “a adoção de um programa de integridade pode também beneficiar as empresas, caso ilícitos graves sejam identificados. Nós esperamos que as empresas se sintam compelidas a andar na linha e a zelar pelo bom cumprimento da lei”.

Para Pierpaolo Bottini, a Lei nº 12.846/2013 irá incentivar as empresas a adotarem as medidas de



Para Pierpaolo, *compliance* oferece oportunidade para melhorar o processo de gestão.

compliance e de governança corporativa: “se surgir um caso de corrupção em algum dos níveis da empresa, o gestor que adotar um conjunto de processos rígidos de controle interno e de fiscalização de funcionários poderá ter sua responsabilidade diminuída e, conseqüentemente, a punição a que ele está sujeito”.

“Os programas de integridade sempre encontraram resistência nas empresas, pois eram vistos como um custo. Hoje os empresários começam a perceber o *compliance* como uma oportunidade de revisão e aprimoramento de todo o processo de gestão e evitar a ocorrência de fraudes internas, que prejudicam diretamente a organização”, declarou Bottini.

“A intenção do governo é deixar claro para a sociedade que agora dispomos de instrumentos legais para punir as empresas que compactuem com a corrupção”, declarou o secretário-executivo da CGU, Carlos Alencar, que destacou também o papel das empresas nesse processo. “Esperamos que as empresas se sintam compelidas a zelar pelo bom cumprimento da lei. Todos ganham em um ambiente livre de corrupção e essa é a única maneira de garantir a livre concorrência, estimular a meritocracia e construir um país mais justo e igual para todos”, concluiu o secretário da CGU.

A CONTABILIDADE E A ÉTICA NOS NEGÓCIOS

O Profissional da Contabilidade possui um papel central na gestão de qualquer empresa e, segundo Carlos Alencar, é um elemento fundamental para que ocorra este processo de mudança: “é ele quem atesta todas as contas, desenvolve e fornece dados para a avaliação do desempenho, apura a situação financeira e o correto pagamento de impostos”.

Além de conhecer a lei e aplicá-la no seu dia a dia, o Profissional da Contabilidade é também a pessoa mais indicada



Secretário-executivo da CGU, Carlos Alencar:
"agora temos como punir empresas corruptas".

para orientar a diretoria sobre a implantação dos processos de controle interno. "É importante que o profissional conheça a nova lei e oriente a diretoria em relação ao cumprimento rigoroso dela, evitando punições e prejuízos futuros que podem até mesmo comprometer a permanência da empresa no mercado", concluiu Alencar. ■

ERRATA

Na matéria "CPC faz balanço de 2013", publicada na edição 7 da *Gestor Contábil*, a legenda da segunda foto saiu errada. Trata-se do presidente da CVM, Leonardo Pereira, e não do superintendente em normas contábeis da CVM, José Carlos Bezerra.

www.sage.com.br

Seu cliente não envia as NFe's de entrada no prazo?

Temos a solução!  **IOB** Gerencia XML

- > Faça **IMPORTAÇÃO AUTOMÁTICA dos XMLs** das NFe's dos seus clientes direto da **SEFAZ e Receita Federal**. Possibilita importação dos XMLs dos e-mails cadastrados no software.
- > **Garantia de Backup** dos XMLs armazenados, em servidores seguros por **5 anos** e disponíveis para consulta a qualquer momento.
- > **Armazenamento** de CTe e NFe de Entrada e Saída, canceladas e autorizadas pela SEFAZ.

*Para baixar as Notas Fiscais de ENTRADA da Receita Federal não há necessidade da chave de 44 dígitos, mas para baixar as Notas Fiscais de SAÍDA é necessário.

*Necessário o Certificado Digital A1 ou A3 dos clientes.

Ligue agora para **0800 724 7777** e solicite uma visita **gratuita**.

> www.sage.com.br/iobgerenciaxml

 | 



“O PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE PODERÁ ORIENTAR O EMPRESÁRIO NO GERENCIAMENTO EFICIENTE DOS NEGÓCIOS.”

JOSÉ ROBERTO CUNHA

Doutor em Administração de Empresas, mestre em Relações Internacionais e bacharel em Ciências Econômicas, José Roberto de Araújo Cunha Jr., é diretor da JR A Cunha Consultores Associados Ltda. Presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo na gestão 2011-2014, é membro do Conselho de Economia da Associação Comercial de São Paulo, secretário nacional de Economia da União Geral dos Trabalhadores e professor de Organizações Internacionais no curso de graduação em Relações Internacionais da Faap (Fundação Armando Álvares Penteado).



José Roberto fez uma análise da economia brasileira.

Em 2014, quais as suas expectativas para a economia do País?

Acredito que 2014 será um ano muito similar a 2013. O governo federal continuará com a preocupação de manter a inflação abaixo da meta; o PIB (Produto Interno Bruto) vai ficar entre 2% e 2,5% e, dependendo da evolução ao longo de eventos importantes (Copa do Mundo e eleições), o contexto político-social poderá abalar a confiança dos investidores estrangeiros. Isto não quer dizer que será um ano instável, mas sim um ano de indefinições na esfera federal. Para a economia melhorar no curto prazo, o governo federal precisaria tomar algumas medidas corretivas, mas creio que não o fará, por causa das eleições.

Como o Profissional da Contabilidade pode contribuir para o desenvolvimento das empresas?

Esta pergunta é extremamente importante. O Profissional da Contabilidade, além de ter a missão de registrar as atividades econômicas, também poderá orientar o empresário na condução e no gerenciamento eficiente dos negócios. Acredito que ele deve ser mais proativo, usando a Contabilidade como instrumento gerencial.

Como está o cenário para o empreendedor?

O cenário doméstico está bom para o empreendedor desde que ele identifique boas oportunidades de mercado, inclusive a entrada em "nichos". Antes de começar um empreendimento, é preciso fazer pelo menos um esboço de um plano de negócios, para tentar minimizar os riscos naturais de um novo negócio.

Acredito que o mercado interno está bom para o empreendedor, principalmente, no setor de serviços. Recomendo aos empreendedores que procurem o Sebrae e contem com o auxílio de um Profissional da Contabilidade "antes" de começar o negócio. Também recomendo que eles tenham recursos para fazer frente aos necessários investimentos e despesas iniciais e até nos primeiros meses. É importante pensar bem antes, planejar e ir com calma para evitar problemas no futuro.

Quais os principais entraves para os empresários brasileiros?

São vários. A começar pela abertura, há a questão tributária, que encarece e dificulta a vida do empresário. Existe muita burocracia no Brasil: para abrir, gerenciar e fechar um negócio. Outro problema é o elevado custo dos recursos financeiros e a significativa quantidade de exigências feitas pelos bancos, principalmente os privados, para a obtenção de empréstimos e de financiamento. Isso dificulta o empreendedorismo.

O Simples, no entanto, é uma ótima solução para o pequeno empreendedor. A abertura e a gestão ficam mais fáceis. No caso dos financiamentos, uma opção é o Banco do Povo.

Quais cuidados os pequenos e médios empresários devem ter ao iniciar um negócio?

Primeiro: elaborar um plano de negócios. Eles devem procurar conhecer muito bem o setor em todos os aspectos, incluindo a análise da concorrência. É preciso ler, participar de cursos, conversar com quem já trabalha na área e, se possível, até trabalhar nesse setor antes de abrir o negócio.

Podemos fazer uma analogia com quem quer viajar

de carro de São Paulo para Recife pela primeira vez. Para não ter problemas, é preciso mandar o carro para a revisão, ter um seguro em dia, traçar a rota no mapa, checar a situação das estradas, buscar informações sobre locais para pernoite e para realizar as refeições. Ou seja, fazer uma viagem longa que nunca foi feita antes requer planejamento. Assim como abrir um negócio.

Como o senhor analisa a figura do MEI?

Considero uma ótima iniciativa o fato de que o brasileiro pode, de maneira mais simplificada, ser empreendedor. No entanto, ele deve também conhecer os riscos e avaliar as oportunidades do empreendimento. Mesmo sendo uma boa opção abrir uma empresa como MEI, é sempre importante analisar os riscos do negócio.

Qual sua opinião sobre a lei anticorrupção?

Sou plenamente favorável a uma legislação mais rigorosa contra a corrupção, principalmente na política. Porém, acredito que a punição não dever ser só para o político que recebeu a propina, mas também para quem a pagou. No Brasil, é preciso que as leis não deixem brechas. A legislação precisa ser bem elaborada.

Creio que o “mensalão” foi um passo importante para a sociedade brasileira. Não foi como poderia ter sido, porém, mostrou que a lei pode ser cumprida aqui. No entanto, o resultado foi além de situações similares no passado, ou seja, “não terminou em pizza, mas sim em uma macarro-

nada”, pelo menos por enquanto!

Quais benefícios a Copa do Mundo poderá trazer para os negócios no País neste ano?

Se for um evento bem organizado e correr sem grandes transtornos, a Copa pode melhorar a imagem do País lá fora. Ela trará benefícios para o Brasil se for realizada de modo organizado.

Do ponto de vista econômico, a imagem de segurança atrai investidores. No caso do turismo, o bom atendimento poderá atrair mais turistas estrangeiros.

O desempenho do comércio em 2013 foi fraco. O que se pode esperar desse setor em 2014?

Tenho uma opinião contrária. Não foi como esperado, mas não foi tão ruim assim. Em geral, os países não estão com alto crescimento econômico, então acho que o Brasil não foi tão ruim. Claro que o País poderia ter tido um crescimento mais robusto, pois tem potencial para crescer a taxas superiores a 4,5% a.a..

A carga tributária brasileira é um empecilho para o desenvolvimento?

Sim, ela é um empecilho muito grande. Enquanto não for feita uma reforma tributária, o País continuará amarrado no caminho do desenvolvimento. É um trabalho complexo, que deve envolver políticos, empresários, sindicalistas, acadêmicos e diversos outros grupos sociais, mas creio que ficará, com muita sorte, para 2015.

No atual cenário, o Brasil é um país que atrai investimentos?

Creio que está bom, mas poderia estar melhor. Para isso, o País deveria estar crescendo mais. Considerando que o mundo não está crescendo muito, não está tão ruim. Porém, se a economia mundial voltar a crescer e o Brasil não melhorar, os investidores, provavelmente, irão aplicar seus recursos em outros países. Destaco que seria de significativa importância se o Brasil tivesse “um projeto econômico”, contemplando objetivos, metas, prioridades (exemplo: educação pública de qualidade nos quatro primeiros anos e em período integral), estratégias e os respectivos recursos para a consecução e viabilização do projeto. Ou seja,

seria de utilidade para investidores estrangeiros e nacionais, bem como para toda a sociedade, saber onde desejamos chegar em 2020, por exemplo, pois “quem não sabe para onde vai, provavelmente nunca chegará a um lugar que esteja de acordo com seu potencial”. Precisamos “reiniciar” a construção de nosso destino como nação!

Por enquanto, o Brasil continua no grupo dos cinco principais países que recebem investimentos estrangeiros diretos.

Em relação às contas públicas, o melhor controle das contas públicas propiciaria a melhoria também da nota de risco do País. O Brasil será mais atrativo para investidores quando a economia voltar a crescer e o governo melhorar a gestão pública. ■

São muitas as razões para você se tornar um cliente CONTMATIC

12 serviços gratuitos para clientes



CONTMATIC
PHOENIX
Soluções Inteligentes de Alta Tecnologia

Desde
1987

Vendas: **0800 779 4449**

www.contmatic.com.br [@contmaticweb](https://twitter.com/contmaticweb)

facebook.com/Contmatic.Phoenix.Oficial

GERENCIAMENTO DE RISCOS

ESTUDO COMPILA OS PRINCIPAIS RISCOS PARA AS EMPRESAS ABERTAS NO BRASIL

Quando uma empresa inicia o processo de abertura de capital, ela precisa listar seus principais fatores de risco no Formulário de Referência, separados de acordo com categorias: ao emissor, ao controlador direto ou indireto, aos acionistas, aos fornecedores, aos clientes, entre outros.

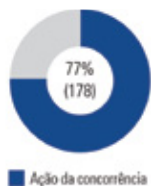
As informações dos formulários de 2013 foram compiladas num estudo divulgado pela empresa de Auditoria KPMG. O documento “Gerenciamento de Riscos – os Principais Fatores de Risco Apresentados pelas Empresas Abertas Brasileiras – Um estudo do ACI Institute sobre os Formulários de Referência”, publicado em 2014, relaciona os dez fatores de riscos mais citados por 232 companhias listadas na BM&FBovespa. Esse trabalho é realizado há oito anos pela empresa.

Segundo o líder do ACI Institute do Brasil e sócio-líder da Consultoria em Riscos de Governança Corporativa da KPMG no Brasil e América do Sul, Sidney Ito, a importância desse estudo é que ele “permite mapear e divulgar os principais fatores de riscos das empresas abertas brasileiras de forma a incentivar a sua aplicação pelas demais empresas e transformá-lo numa boa prática de governança”.

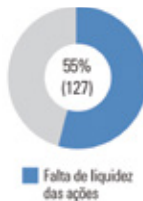
Isso ocorre porque o gerenciamento dos riscos corporativos atualmente faz parte da agenda não só do “gestor, mas também do conselho de administração e é matéria de escrutínio pelo investidor”.

Os principais riscos, de acordo com o estudo, estão indicados a seguir.

Segundo Ito, o estudo contribui para a adoção de boas práticas de governança.



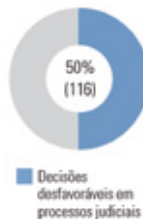
Risco da ação da concorrência (77%) – aparece em primeiro lugar e considera como ações o aumento do número de concorrentes, a facilidade de entrada no mercado ou a existência de subsídios ou incentivos para concorrentes de outros países.



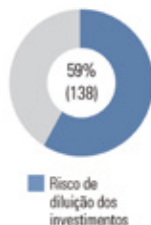
Riscos de falta de liquidez das ações (55%) – a baixa liquidez pode limitar a venda das ações ou de outros valores mobiliários pelo preço e na ocasião desejados. O mercado de capitais brasileiros possui relativa baixa liquidez se comparado a outros mercados.



Risco de não pagamento de dividendos (63%) – considerado como uma proteção legal, é a possibilidade de a empresa não obter resultados suficientes para distribuir os dividendos.



Riscos de decisões desfavoráveis em processos judiciais (50%) – estes riscos consideram possíveis e prováveis perdas em diversos processos judiciais como trabalhistas, previdenciários, tributários, cíveis, ambientais e outros.



Risco de diluição dos investidores (59%) – este risco é citado pelas empresas que, no futuro, poderão captar recursos por meio da emissão de ações, o que resultaria na diluição da participação dos atuais acionistas.



Riscos de inadimplência ou atraso nos recebimentos (48%) – atrasos nos recebimentos podem afetar o fluxo de caixa da empresa.



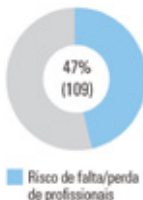
Risco de conflitos de interesses entre controladores e minoritários (59%) – é a possibilidade de divergências nos interesses entre os controladores e os minoritários, pois os primeiros podem influenciar nas deliberações relativas aos negócios do emissor.



Riscos de alterações na legislação do setor ou dos setores correlatos (47%) – a possibilidade de os negócios da empresa serem impactados por mudanças na legislação feitas por agências reguladoras ou pelo governo.



Riscos relacionados à atuação em setor regulado (55%) – os riscos advêm das exigências regulatórias como controles de preços, extensa regulamentação federal, estadual e municipal, obrigações de serviço universal.



Riscos de falta ou perda de profissionais (47%) – além da dificuldade de recrutamento de profissionais qualificados, há o risco de perder profissionais importantes.

As empresas que forneceram os dados para esse estudo são de diversas áreas: bens industriais, construção e transporte, consumo cíclico, consumo não cíclico, financeiro e outros, materiais básicos, petróleo, gás e biocombustíveis, tecnologia da informação, telecomunicações e utilidade pública. ■

A portrait of Celina Coutinho, a woman with short, wavy brown hair, smiling warmly at the camera. She is wearing a green button-down shirt and a thin necklace with a small pendant. The background is a soft, out-of-focus yellow and white.

CELINA COUTINHO, A GUERREIRA

Algumas pessoas têm o dom de fazer o ambiente mais alegre e positivo, mesmo diante dos maiores contratempos. A Profissional da Contabilidade e advogada Celina Coutinho é uma delas. Carismática e sorridente, Celina não se deixa abater pelas dificuldades. Ela enfrenta os desafios com uma alegria que contagia a todos à sua volta.

Um exemplo de superação, Celina Coutinho veio de família humilde. Mas com muito trabalho, estudo e força de vontade tornou-se uma referência no meio contábil. Hoje, aos inacreditáveis 71 anos, é diretora suplente do Sindcont-SP (Sindicato dos Contabilistas de São Paulo), representante do CRC SP no Codecon (Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte) e juíza no TIT (Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo). Ela também foi vice-presidente de Registro do CRC SP na gestão 2008-2009 e coordenadora nacional da Comissão da Mulher Contabilista no mesmo período.

Celina Coutinho nasceu em uma fazenda em São José do Rio Pardo. Seu pai era um “cozinheiro”, pessoa responsável pelo cozimento do açúcar. Sua mãe faleceu quando Celina tinha três anos, ao dar à luz seu irmão, que não sobreviveu, sendo por isso criada pela avó, na Fazenda Itaiquara.

Com um sorriso no rosto, Celina nunca se abateu nem nos momentos difíceis de sua vida: “na época, a esposa do meu tio também faleceu e minha avó ficou com dois filhos viúvos e cinco crianças para

Celina, um exemplo de dedicação

criar: eu, minhas três irmãs e meu primo”.

No entanto, a infância na fazenda traz também boas recordações. Peralta quando criança, Celina ouvia os tios dizerem que ela parecia um menino, por conta de seu jeito moleque.

Ela estudou até o 4º ano primário no Grupo Escolar Rural da Fazenda Itaiquara. “Mas para continuar estudando tinha que sair da fazenda e meu pai era só um operário, não tinha possibilidade de morar em outro lugar”.

Quando Celina tinha 15 anos, seu pai mudou-se para uma fazenda próxima a Ribeirão Preto e uma tia convidou-a para morar com ela, em São Paulo. Na capital, Celina costumava ouvir as aulas particulares que os dois primos tinham com um professor da Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) e debater o conteúdo depois. Um dia, o professor recomendou que ela voltasse a estudar, pois tinha percebido que ela tinha facilidade para aprender. “Isso me fez voltar a estudar. Eu tinha 18 anos e meu pai dizia que eu era doida, que na época de estudar eu queria namorar e na hora de casar eu queria estudar”, conta às gargalhadas.

Foi então que Celina prestou o curso de admissão para o ginásio e ingressou no Colégio Comercial Vitor Viana, em Santana, Zona Norte de São Paulo. Ela foi morar com a irmã e seu pai ajudou a pagar os estudos. O empenho dela para estudar era tanto que o diretor da escola ofereceu um desconto para ela fazer o curso de datilografia e, antes mesmo de concluir o curso, Celina foi chamada para dar aulas.

Lecionar foi importante porque, além de ganhar um salário, ela tinha direito a estudar de graça na

instituição. A dedicação aos estudos e a força de vontade também foram decisivos em sua carreira. “Eu tive uma infância sofrida, mas aconteceram muitas coisas boas na minha vida e eu nunca fiquei de braços cruzados. Li muitos livros, procurei saber como as coisas funcionavam e, entre uma aula e outra, arrumava tempo para estudar”.

E foi no colégio que ela se interessou pela Contabilidade. Após o ginásio comercial, Celina passou a dar aulas em tempo integral e fazer o curso Técnico em Contabilidade à noite. Uma professora reconheceu o seu talento para a Contabilidade e a indicou para trabalhar na Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista). Após dois anos na Cosipa, ela recebeu uma indicação para trabalhar na Companhia de Calçados Clark, na Mooca.

Mesmo não ganhando muito, Celina era quem tinha o salário mais alto em sua casa. Lá, ela trabalhou por mais dois anos, sem nunca deixar de estudar. Por recomendação de um professor, após a conclusão do curso Técnico em Contabilidade, Celina foi estudar Direito na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), na Rua Monte Alegre.

“Fazer Direito na PUC, para mim, era um sonho. No início, queria ser criminalista, mas depois acabei me desencantando e me envolvendo mais com a área tributária, que foi o que eu sempre gostei. Eu já tinha facilidade para lidar com a Contabilidade e o Direito me deu suporte”, revela.

Vida profissional e atuação nas entidades de classe

Celina conciliava as responsabilidades acadêmicas com a vida profissional. Após dois anos na Conta-



Celina sempre divulga o trabalho das entidades contábeis.

bilidade da Calçados Clark fez alguns trabalhos temporários em diversas empresas, até que se candidatou ao cargo de subcontadora na Eirich, empresa alemã que fabrica misturadores industriais. Contratada, Celina trabalhou 28 anos na empresa, onde era responsável pela área contábil da filial brasileira.

“Os alemães confiavam no meu trabalho e eu tinha muita liberdade para trabalhar, mas também muitas responsabilidades. Felizmente, eles se preocupam muito em fazer somente o que é permitido por lei, então eu nunca tive problema para convencê-los sobre a necessidade de recolher os tributos devidos e emitir a nota. Era muito trabalho, mas lá eu pude vivenciar tudo o que eu sonhei para minha vida”, declarou.

A atuação em entidades contábeis também começou nesta época. Celina começou a frequentar as palestras do Sindcont-SP e a participar ativamente das atividades realizadas. Devido às suas contribuições nos debates, foi convidada pelo então presidente do Sindicato, Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos, a fazer parte da diretoria. Ela afirma que a atuação nas entidades foi um grande aprendizado. “Eu não tinha nem o hábito de entrar no site das entidades. Só queria saber de trabalhar, ganhar dinheiro e estudar. Com o tempo, percebi a importância do trabalho desenvolvido e hoje sempre falo para os estudantes nas palestras, que eles devem conhecer mais a profissão e o que as entidades lhes oferecem”.

Trabalho social

Celina não teve filhos por opção e é muito apegada à família. “Ajudei a criar os meus sobrinhos e quando vi que eles começaram a ter filhos, achei que era hora de ter o meu cantinho”. Há mais de 40 anos, Celina está casada com Guilherme, sua alma gêmea.

Dona de uma vida cheia de realizações, ela também

reserva parte de seu tempo para ajudar outras pessoas. Há 30 anos, a Profissional da Contabilidade participa de atividades beneficentes na Associação Espírita Casa do Caminho, em Santana. "Nós recebemos doações de roupas e vendemos no nosso bazar. Com o dinheiro fazemos sopa para os necessitados, cestas de natal, assistência a gestantes e alfabetização de adultos".

E para ajudar a instituição ela põe a mão na massa. Além de cuidar da parte financeira, Celina ajuda a separar as roupas para o bazar, a montar as cestas de Natal e faz uma das suas atividades preferidas: cozinhar.

"Eu gosto de fazer coisas simples: arroz, feijão, bife, berinjela com molho e bacalhau. Qualquer coisa, mas tudo simples. E é uma satisfação pessoal

incrível. No Natal, o pessoal que ajuda a montar as cestas almoça na Casa do Caminho. São umas 80 pessoas e é uma festa, porque sou eu que cozinho. O pessoal aprecia bastante a comida, acho que é porque eu tenho prazer em fazer. O gostoso é quando a pessoa cozinha com amor, é o temperinho".

Para ela, a melhor recompensa pelo trabalho realizado é a alegria das pessoas: "Foi graças ao trabalho nas entidades contábeis que eu aprendi a participar e contribuir para o bem comum. Antes, ganhava e gastava dinheiro, agora eu penso nas pessoas e acredito que esse é o segredo da felicidade: vivermos rodeados por quem gostamos, porque quando você semeia amor, colhe amor. A vida tem altos e baixos, mas, fazendo o balanço, a gente sai ganhando". ■



Contabilista: com a Qualicorp você pode ter acesso aos mais respeitados planos de saúde.

Só a parceria do CRC SP com a Qualicorp proporciona acesso ao melhor da medicina, com inúmeras vantagens para você, Contabilista.

- Rede com os melhores hospitais, laboratórios e médicos do Brasil.¹
- Livre escolha de prestadores médico-hospitalares com reembolso.²
- Confira as possibilidades de redução de carências.³



Ligue e aproveite: **0800 799 3003**

De segunda a sexta, das 9 às 21h, e aos sábados, das 10 às 16h.
www.economizecomaqualicorp.com.br

Amil: ANS nº 326305 | Bradesco Saúde: ANS nº 005711 | Golden Cross: ANS nº 403911 | SulAmérica: ANS nº 006246 | Unimed Paulistana: ANS nº 301337

Qualicorp
Adm. de Benefícios:
ANS nº 412173

¹ De acordo com a disponibilidade da rede médica da operadora escolhida e do plano contratado. ² Conforme condições contratuais. ³ A disponibilidade e as características desse benefício especial podem variar conforme a operadora escolhida e o plano contratado. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Março/2014.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

CRC SP OFERECE GRATUITAMENTE CONTEÚDOS À DISTÂNCIA

Sabendo das exigências do mercado em constante evolução, novas competências, mudanças na legislação aliadas às dificuldades de locomoção e rotina de trabalho, o CRC SP vem se estruturando e, além das atividades presen-

ciais em diversas cidades do estado, lança uma nova fase do seu Programa de Desenvolvimento Profissional para oferecer conteúdos gratuitos e de qualidade, via internet, aos Profissionais da Contabilidade.



Autonomia

Você escolhe o conteúdo que atenda as suas necessidades, decide o que e quando acessar



Acesso aos conteúdos

A inscrição é efetuada por meio de login (registro) e senha pelo Serviços online



Nível de Conhecimento

Pode ser verificado respondendo algumas questões para saber o que deve ser mais estudado



Ferramenta Online

Disponibilizada para gerenciar quais conteúdos (versões para impressão e audiovisuais) você já acessou e, ao se sentir preparado, pode acessar a ferramenta para emissão do certificado



Certificado de aproveitamento

É necessário acertar no mínimo oito das dez questões (três tentativas).

FLEXIBILIDADE

Permite que o profissional tenha um aprendizado independente e organize seu tempo, de acordo com as outras atividades do dia a dia. Para cada conteúdo acessado foi desenvolvida a ferramenta online para ajudar no gerenciamento dos prazos.



CONTEÚDOS DISPONÍVEIS

Normas de Auditoria
(I, II, III e IV)



Prevenção à Fraude e Lavagem de Dinheiro



Código de Ética: NBC PG 100
(25/03/2014)



Lei nº 12.973/14 – Conversão da MP 627/2013



Credenciados para fins de pontuação para cumprimento NBC PA 12 (R1) - Educação Continuada para Auditores.

LI, GOSTEI E RECOMENDO

O Lado Bom da Vida

Autor: Matthew Quick

Editora Intrínseca



“Além da bibliografia própria do segmento contábil, interessei-me pela leitura de temas diversificados que explorem as relações humanas. *O Lado Bom da Vida* é a primeira obra do norte-americano Matthew Quick e conta a história de superação e recomeço de Pat Peoples, um ex-professor de história com diagnóstico de transtorno bipolar que vivencia uma grande crise na vida pessoal e profissional e, após passar uma temporada numa clínica de reabilitação, precisa reconstruir sua vida. Contudo, como não se lembra dos reais motivos de sua internação, é interessante acompanhar como Pat lida com esta situação, ao lado de sua conturbada família e amigos.

Mesclando drama e humor, o livro retrata os dilemas e superações da vida, algo com que, no fundo, todos nós nos deparamos. A leitura é leve e agradável, mas propõe uma profunda e inspiradora reflexão, justamente sobre enxergar o lado positivo da vida. O livro tornou-se um best seller e ganhou recentemente uma adaptação cinematográfica que leva o mesmo nome, tendo o ator Bradley Cooper no papel do protagonista e a ganhadora do Oscar de Melhor Atriz, Jennifer Lawrence, no papel da amiga Tiffany Maxwell.” ■

José de Souza,

presidente da Fecontesp (Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo).

AQUI VOCE VAI ENCONTRAR A SOLUÇÃO IDEAL EM SISTEMAS DE GESTÃO CONTÁBIL.

FOLHA DE PAGAMENTO | ESCRITA FISCAL | CONTABILIDADE | NF-e |
CONTROLE PATRIMONIAL | ADM. ESCRITÓRIO | PPP

eSocial e SPED



Aplicações em
Nuvem (Cloud Computing)
ou Convencional

CONSULTE TAMBÉM OS SISTEMAS DE
GESTÃO EMPRESARIAL - ERP



0800 12 74 55

11 3522-8305 / 19 3522-8300



www.supersoft.com.br



Mais que um canal de comunicação.

Uma entrada para o rico universo da Contabilidade.

A TV CRC SP tem três programas mensais para que Profissionais da Contabilidade e empresários fiquem por dentro da legislação que rege os negócios.

Acesse o portal do Conselho www.crcsp.org.br e assista na hora e lugar que quiser às novidades do mundo corporativo.

TV CRC SP: a sua tevê online.

